



Plano de Desenvolvimento Social | 2017-2019

Sobral de Monte Agraço

ÍNDICE

1. Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social	3
1.1. Diagnóstico Social.....	3
1.2. Questionário on-line	11
2. O Plano de Desenvolvimento Social.....	13
2.1. Eixo 1 - Saúde/ Saúde Mental.....	13
2.2. Eixo 2 - Intervenção integrada/ pessoas em situação de especial vulnerabilidade.....	14
2.3. Eixo 3 – Educação/ Formação/ Emprego.....	16
2.4. Eixo 4 - Articulação Interinstitucional/ Capacitação de Parcerias.....	18
3. Monitorização/ avaliação	19
4. Abreviaturas/ Siglas.....	20

1. Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social

O Diagnóstico Social permite conhecer um determinado território através da análise a vários indicadores e dimensões. O Plano de Desenvolvimento Social é “um instrumento de definição conjunta e negociada para a promoção do Desenvolvimento Social Local” (IDS, 2002: 15).

Procura-se introduzir alterações na realidade que contribuam para reduzir a pobreza, aumentar o acesso a direitos fundamentais, fomentar a integração social. Os objetivos traçados pelos Planos de Desenvolvimento Social deverão ser realistas mas não deverão abdicar de refletir os problemas e as prioridades.

Enquanto plano estratégico, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) tem uma vigência de 3 a 5 anos. Considerando que atualmente se vive num contexto de grandes e rápidas mudanças, o presente PDS terá uma vigência de três anos (2017/2019). Um período maior poderia tornar o PDS desatualizado/ou pouco relevante enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento social.

O processo de construção do presente PDS incluiu a informação obtida pelo Diagnóstico Social, um inquérito on-line à população e sessões de temáticas com agentes locais.

Toda a informação obtida foi trabalhada em sede de Núcleo Executivo, posteriormente aprovada em Conselho Local de Ação Social (a 2 de fevereiro de 2017), e consubstancia-se em eixos estratégicos de intervenção. Antes da apresentação dos eixos, deixa-se um breve sumário dos resultados obtidos no Diagnóstico e no questionário.

1.1. Diagnóstico Social

Caracterização do concelho de Sobral de Monte Agraço (enquadramento geográfico, sociodemográfico e equipamentos)

- Existência de património cultural e natural de grande importância.
- Proximidade geográfica de Lisboa, que é pólo de atração para o concelho.
- Dispersão geográfica da população, sobretudo da freguesia de Santo Quintino.
- Existência de vários equipamentos culturais, desportivos e recreativos.
- Existência de um tecido associativo expressivo.
- Análise dos dados censitários revela tendência de crescimento populacional sendo bastante tímida até 1991 e mais acentuada a partir dessa data.
- Saldo populacional intercensitário com maior expressão na faixa etária dos 30 aos 44 anos, bem como na faixa + 75 anos. Quebra nas faixas etárias dos 20 aos 29 anos.
- Índice de envelhecimento de 107,9, inferior à média nacional e do oeste.
- Globalmente, saldo natural negativo (mais óbitos do que nascimentos).
- Taxa de natalidade tendencialmente a descer mas globalmente superior à de Portugal e à do Oeste.
- Aumento do número da proporção de pessoas divorciadas e das famílias unipessoais. O aumento das famílias unipessoais (passou de 16,1% em 2001 para 20,7% em 2011), não significou um aumento das pessoas com 65 anos ou mais a viverem sozinhas. Pelo contrário, este valor diminuiu em 2011.

- Consta-se que apesar da percentagem de famílias unipessoais em 2011 ter aumentado face a 2001 (passou de 16,1% para 20,7%), a proporção de pessoas com 65 anos ou mais diminuiu, registando o valor mais baixo em 2011. Seria importante, todavia, conhecer melhor a situação das pessoas idosas, quer as que vivem sós, quer as que vivem com outras pessoas (designadamente as que coabitam apenas com outras pessoas idosas) para perceber a relevância deste indicador no seu bem-estar e segurança.
- Em 2011, a soma do número de pessoas sem nível de escolaridade e daquelas que apenas têm como habilitação o 1.º CEB totalizaram 40% da população concelhia com mais de 15 anos.
- A população estrangeira com estatuto legal de residente, no período entre 2010 e 2015, tem vindo a diminuir no concelho. Em 2010 o valor situava-se em 420 indivíduos, sendo que em 2013 passou para 306 (menos 114 indivíduos).

Habitação

- Perto de metade (43,8%) das pessoas que têm casa própria têm também encargos com a aquisição da habitação.
- Ao contrário dos anos anteriores, em 2011 o escalão de renda que englobava a maioria dos alojamentos é o dos €100 e aos €300.

Atividade económica

- Quando analisamos os dados concelhios da taxa de atividade feminina, percebe-se que seguiu a mesma tendência de crescimento da taxa total. Manteve-se, nos últimos Censos, o movimento de aproximação da taxa de atividade feminina à masculina.
- Houve um crescimento na taxa total de atividade entre 1981 e 2011, crescimento que permitiu ultrapassar, em 2011, quer os valores nacionais quer os regionais.
- Com exceção do ano de 2011, em que se registou um aumento de duas entidades empregadoras face ao ano transato, nos restantes, e até 2014, houve sempre uma diminuição. O ano de 2012 foi aquele em que a redução foi mais acentuada. Em 2015 assiste-se a uma recuperação, havendo mais 20 entidades com declaração de remuneração à Segurança Social.
- O número de pessoas com contribuição de serviço doméstico paga à Segurança Social tem vindo a conhecer um decréscimo significativo. Em 2009 eram 159 as pessoas que estavam registadas na Segurança Social como trabalhadores/as de serviço doméstico. Em 2015, o número situava-se nos 96 indivíduos.
- Já o número de trabalhadores/as por conta de outrem registou uma evolução diferente no período 2009-2015. Entre 2009 e 2011 este número registou uma quebra ligeira (a diferença foi de 32 pessoas); entre 2011 e 2013 a diminuição foi bastante acentuada (menos 290 pessoas); em 2014 e 2015 assistiu-se a uma inversão, com um aumento de 184 trabalhadores/as por conta de outrem face a 2013 (valor mais baixo no período em análise).
- Enquanto em 1960 as pessoas domésticas representavam 76,7% da população inativa, em 2011 esse valor situava-se nos 13,3%. Também o peso das pessoas reformadas sofreu uma alteração muito significativa: de 0,6% em 1960, passou para quase 60% em 2011.

Emprego

- Entre 2004 e 2015, o número de mulheres inscritas no Centro de Emprego é habitualmente superior ao dos homens, com exceção dos anos de 2011, 2014 e 2015. De 2011 em diante há uma maior aproximação entre o número de homens e mulheres inscritos/as no Centro de Emprego e em 2014 e 2015 o número é mesmo inferior.
- No que respeita às faixas etárias das pessoas inscritas no Centro de Emprego, verifica-se um decréscimo dos indivíduos com menos de 25 anos, desde 2010, e um aumento, a partir de 2011, dos indivíduos inscritos com mais de 25 anos, sendo o aumento mais acentuado na faixa etária dos 35 aos 54 anos. De uma forma geral, em todos os escalões etários, é possível observar um aumento dos inscritos no Centro de Emprego a partir de 2008 até 2013. A partir de 2014 e até 2015 assiste-se a uma diminuição do número de pessoas inscritas e essa diminuição deve-se sobretudo ao decréscimo na faixa dos 35-54 anos. A partir de 2011 há também um ligeiro aumento dos/as inscritos/as com 55 e mais anos.
- Relativamente ao tempo de inscrição no Centro de Emprego, verifica-se que o número de pessoas inscritas há menos de um ano é sempre superior ao número de pessoas inscritas há um ano e mais (considerados também Desempregados de Longa Duração – DLD).
- Fazendo a caracterização ao nível das habilitações literárias, verifica-se que as pessoas com o 1.º Ciclo do Ensino Básico e menos representam cerca de um terço das pessoas inscritas no Centro de Emprego.
- O maior motivo de inscrição é o fim de trabalho não permanente, representando nunca menos de um terço das razões de desemprego
- O movimento mensal das ofertas de trabalho que o Centro de Emprego recebe e as colocações que efetua é pouco expressivo. Em média, por mês, e no período em análise, as ofertas de emprego recebidas pelo Centro de Emprego nunca ultrapassaram as 9.

Educação

- Na última década assistiu-se ao aumento do número de estabelecimentos de educação pré-escolar.
- Já o número de estabelecimentos de 1.º Ciclo do Ensino Básico conheceu uma tendência inversa: entre o ano letivo de 2002/2003 e o ano letivo de 2011/2012 assistiu-se a uma redução de 9 estabelecimentos de ensino.
- Se olharmos para a evolução do número de alunos/as inscritos/as na educação pré-escolar (que abrange crianças compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico), verifica-se, entre 2002/2003 e 2010/2011, uma tendência de crescimento. Esta evolução de crescimento do número de alunos/as na educação pré-escolar assume maior peso quando comparamos a taxa bruta de pré-escolarização do concelho e a do Oeste. Enquanto nos últimos seis anos a taxa do Oeste se manteve praticamente inalterada, em SMA assistiu-se a uma subida de quase dez pontos percentuais.
- Também entre 2002/2003 e 2007/2008 o número de alunos/as no 1.º ciclo registou uma tendência de subida, sendo que nos dois anos letivos subsequentes o número tem vindo a diminuir. No ano de 2014/2015 apresentou uma ligeira subida.
- O 2.º ciclo apresenta, ao longo dos anos letivos apresentados, várias subidas e descidas no n.º de alunos/as. Após uma subida entre 2009/2010 e 2012/2013, registou-se um ligeiro decréscimo. O

3.º ciclo, depois de uma tendência de decréscimo até 2008/2009, regista aumento do número de alunos/as. Já no Ensino Secundário, a tendência é de decréscimo.

- Relativamente ao Ensino Básico, a evolução da taxa bruta de escolarização tanto em Sobral de Monte Agraço como na região do Oeste manteve-se relativamente estável. No ano letivo de 2012/2013 a taxa bruta de escolarização do Ensino Básico em SMA é de 97,9%. Significa que frequentam estabelecimentos do Ensino Básico o número de alunos/as correspondentes à quase totalidade da população residente do concelho nessas faixas etárias. A região do Oeste tem maior atratividade, dado que a taxa bruta de escolarização é de 109,4%.
- Situação bem diversa acontece no Ensino Secundário. Entre 2005/2006 e 2012/2013 a evolução da taxa de escolarização no Ensino Secundário apresenta uma tendência de decréscimo. Esta diminuição da proporção de alunos/as residentes a frequentar o Ensino Secundário no concelho poderá dever-se a uma transferência para estabelecimentos de ensino fora do concelho após a conclusão do 3.º ciclo e/ou pela interrupção dos estudos.
- As taxas de retenção são um indicador importante para analisar o insucesso escolar, sendo que os valores têm uma grande variação de acordo com o ciclo de ensino. No 1.º Ciclo de Ensino Básico, com exceção dos anos letivos de 2003/2004 e de 2010/2011, os valores concelhios foram globalmente bastante melhores do que os valores do Oeste. Embora sempre abaixo dos 10% (excetuando o ano de 2003/2004), olhando para 12 anos letivos, apenas por 3 vezes (2008/09, 2011/12 e 2014/15) esses valores ficaram abaixo de 5%.
- No 2.º Ciclo de Ensino Básico, a taxa de retenção esteve sempre acima da do Oeste, com exceção do ano de 2014/15, em que se registou uma taxa de 8,5%. A taxa de retenção no concelho, embora com mais variações do que a do Oeste, situa-se praticamente sempre entre 10 e os 15%.
- Já a taxa de conclusão/transição no ensino secundário tem vindo a registar, na maioria dos anos letivos, valores mais positivos do que a média do Oeste, habitualmente acima dos 80%. De referir quem em dois anos letivos, 2011/12 e 2014/15 a taxa de transição/conclusão nos cursos vocacionais foi de 100%.
- Desde 2011/2012 verifica-se uma tendência de crescimento do número de alunos/as do pré-escolar com ASE, sobretudo com o 1.º escalão. Em 2012/2013, um terço destas crianças beneficiava de Ação Social Escolar e em 2014/2015 o número aproxima-se dos 50%.
- Analisando a proporção de alunos/as do 1.º ciclo com ASE face ao número total de alunos no 1.º ciclo, verifica-se um aumento muito significativo no número de crianças abrangidas pelo 1.º escalão do ano letivo de 2008/09 para 2009/10. A partir desse ano letivo, praticamente um quinto da população escolar do 1.º ciclo passa a beneficiar do 1.º escalão de ASE. Esse valor conjugado com o 2.º escalão traduz-se em que cerca de um terço da população escolar do 1.º CEB beneficie de ASE.

Saúde

- No respeitante às consultas de clínica geral existiram no concelho 16211 consultas no ano de 2012, o que perfaz uma média de 1,9 consultas médicas por habitante. Este valor tem vindo a baixar ao longo do tempo e situa-se abaixo quer do valor nacional, quer do valor da região. Uma vez que não estão disponíveis dados a partir de 2012, não é possível verificar se esta tendência se inverteu.

Proteção Social

Subsídio Parental

- Pequena diminuição do número total de beneficiários/as do subsídio parental inicial e o aumento da proporção de homens que beneficia do subsídio parental inicial. O Anuário Estatístico da Região Centro de 2015 disponibilizou um novo dado: o número de dias processados de Subsídio parental inicial por sexo, em que se verifica que uma prevalência do sexo feminino no acesso a este subsídio.

Abono de família

- A partir de 2011 o número de beneficiários/as de abono de família teve uma redução acentuada. A redução de 2010 para 2011 foi de 407 beneficiários/as. A explicação residirá no facto de ser o ano em que entrou em vigor a condição de recursos.

Rendimento Social de Inserção

- O número de pessoas beneficiárias de Rendimento Social de Inserção registou, entre 2005 e 2010, uma tendência de crescimento (102 pessoas em 2005 e 260 em 2010). De 2011 em diante, na sequência da introdução de alterações no acesso a esta medida, o número sofreu uma redução progressiva.
- Comparando o peso dos/as beneficiários de RSI face ao conjunto da população residente, verifica-se que no concelho de Sobral de Monte Agraço entre 2009 e 2014 não existiram grandes alterações, variando entre os 1,9 e os 2,5%, excetuando no ano de 2010, em que o valor subiu até aos 3,1%. Também em 2015 se registou uma variação maior, neste caso de descida, e situando o peso dos/as beneficiários/as de RSI em 1,2% relativamente à população residente.
- Já na região Oeste, comparando com o concelho de Sobral de Monte Agraço, os valores são sempre ligeiramente inferiores. Em 2015 registou-se pela primeira vez, no período em análise, um valor superior para o Oeste. Pelo contrário, os valores nacionais são bastante superiores aos do Oeste e aos do concelho. A proporção de beneficiários/as de RSI face à população residente é quase sempre praticamente o dobro da proporção concelhia, mas também aqui se regista uma tendência de descida.

Pensões

- O número de pensionistas (a 31 de dezembro) em qualquer uma das tipologias de pensões não conheceu grandes variações. O número de pensionistas de velhice e de sobrevivência conheceu um aumento muito ligeiro, assim como o número de pensionistas de invalidez apresenta uma ligeira diminuição. Globalmente o número de pensionistas, com exceção do ano de 2008, tem aumentado sempre relativamente ao ano anterior.
- O valor médio anual das pensões tem conhecido um aumento no período em análise (2004 a 2015), com o valor anual da velhice a ser o mais elevado, e o da sobrevivência o mais baixo (o que se explica com a natureza do cálculo desta pensão, que corresponde a uma percentagem do/a beneficiário/a que faleceu).
- Comparando os valores concelhios com os dados nacionais e regionais, há diferenças a registar: o valor médio anual das pensões de invalidez é tendencialmente mais elevado no concelho do que a média do Oeste ou do que a média nacional. O valor concelhio da pensão de sobrevivência era, até 2011, mais baixo do que a média do Oeste e do que a média nacional. A partir de 2012 situa-se entre ambas.

- Relativamente ao valor da pensão de velhice, o valor médio mais elevado é o nacional. Entre 2004 e 2008 existiu uma quase coincidência entre os valores concelhios e os valores do Oeste. De 2009 em diante (e até 2013), o valor concelhio é ligeiramente mais elevado do que a média do Oeste.
- Registam-se grandes oscilações ao longo dos anos, mas os anos de 2014 e 2015 apresentam uma maior variação no número de homens já se encontrava a receber subsídio de desemprego. Tal remete para a existência de um número significativo de homens em desemprego de longa duração (um ano ou mais).
- Relativamente às faixas etárias das pessoas a receber subsídio de desemprego é na dos 30 aos 39 anos que se encontra o maior número de pessoas a receber subsídio de desemprego, com uma curva ascendente bastante significativa entre 2010 e 2013, decrescendo depois em 2014 e 2015.
- Contrariamente, é nas faixas dos <24 anos e a 50-54 anos em que existem menos beneficiários/as do subsídio. Apenas nos três últimos anos considerados a faixa dos 25 aos 29 anos se assumiu como segunda faixa etária com menos beneficiários/as, isto apesar de, globalmente, não apresentar grandes variações. Mas a maior variação acontece na faixa dos 40 aos 49 anos, que de 2008 a 2013 conhece um aumento muito expressivo, registando uma descida em 2015.
- Comparando o valor médio concelhio do subsídio de desemprego com o do Oeste e com o de Portugal verifica-se que foi sempre superior ao oestino, e apenas entre 2005 e 2009 foi inferior à média nacional. Tal indicador é coincidente com o facto do número médio de dias de desemprego ser também mais elevado no concelho do que as médias regional e nacional.
- O valor médio do subsídio de doença do concelho esteve, entre 2004 e 2015, sempre acima do valor médio do Oeste. E a partir de 2010 esteve também acima da média nacional.
- Também o número médio de dias de subsídio de doença do concelho é globalmente superior à média do Oeste e a partir de 2007 sempre superior à média de Portugal. Nos anos de 2014 e 2015, apresenta uma grande variação das médias nacionais (mais de 20 dias) e oestina (mais de 10 dias).

Santa Casa da Misericórdia de SMA

- Lista de espera para a resposta lar: 123 mulheres, 71 homens e 27 casais (248 pessoas no total).
- Os/as clientes das diferentes respostas da Santa Casa da Misericórdia de SMA estão em situação de dependência, sendo esta mais agravada em quem está nas respostas de Lar e LGD.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de SMA

- Olhando para a faixa etária dos/as menores sinalizados, verifica-se que entre 2004 e 2008 existiu uma maior prevalência na faixa etária dos 6 aos 10 anos. De 2009 em diante existem uma maior dispersão pelas diferentes faixas etárias.
- As problemáticas mais sinalizadas são a negligência, o abandono escolar, a exposição a comportamentos desviantes (estão aqui incluídas as situações de violência doméstica) e os maus-tratos físicos.

Banco de Ajudas Técnicas

- A faixa etária com maior expressão das pessoas que recorrem ao Banco de Ajudas Técnicas é a dos 80 aos 89 anos, seguindo-se a dos 70 aos 79 anos. Tais resultados são os expectáveis uma vez que é nas idades mais avançadas que tendencialmente existe uma maior prevalência das dependências e incapacidades. No período de que se dispõe de dados (2011 a 2014), o ano de 2012 foi o que houve maior procura do BAT (83 pessoas beneficiárias), sendo o 2011, o ano de arranque do BAT, aquele em que houve menos procura (60 pessoas). As camas articuladas e os colchões tripartidos são os equipamentos com maior procura.

Segurança

- Nos crimes contra o património (o que tem maior expressão no concelho) o furto de veículo e em veículo motorizado apresentam uma tendência de decréscimo, e os crimes de furto/roubo por esticção e na via pública, quando existem dados disponíveis, não têm expressão. O número total de crimes contra o património, no período em análise, teve o maior crescimento de 2010 para 2011, passando de 164 para 220 crimes registados.
- Os crimes contra as pessoas surgem após os crimes contra o património. O ano de 2007 é que regista, no período em análise, o valor mais alto, com 104 crimes. Nos restantes anos os valores oscilam entre os 65 crimes (2011) e os 91 (2010).
- Os crimes previstos em legislação avulsa apresentam uma tendência de crescimento entre 2005 e 2011, sendo que a condução sem habilitação legal tem vindo a diminuir o seu peso no total de crimes desta categoria. O ano de 2008 foi aquele em que a proporção de crimes de condução sem habilitação legal no conjunto dos crimes e enquadrados por legislação avulsa foi maior: 57%. Em 2011 verificou-se o maior número de crimes desta natureza, sendo o ano em que se verificou a maior variação face ao ano precedente.
- Este aumento resulta do aumento dos crimes relacionados com metais não preciosos (cobre, alumínio, latão, ferro, entre outros), e de um grupo organizado que assaltava residências. Paralelamente, em 2011 verificaram-se alterações significativas do efetivo do posto de Sobral de Monte Agraço (14 novos guardas vindos diretamente do alistamento da GNR), o que se traduziu numa maior atividade fiscalizadora, que resultou no aumento do número de detenções por condução ilegal, condução em estado de embriaguez e deteção de pessoas estrangeiras em permanência ilegal no território.
- Dentro desta categoria cabem ainda, entre outros, crimes como tráfico de estupefacientes, jogo ilícito, pessoas estrangeiras sem permanência legal no país.
- Os crimes contra a vida em sociedade são os que têm menor expressão, sendo que, dentro destes, a condução de veículo com taxa de álcool igual a superior a 1,2g/l representam, no período em análise, entre um terço e metade destes crimes.
- Relativamente aos crimes de violência doméstica, tem existido uma oscilação no número de crimes registados, sendo que em 2013 se verificou o valor mais baixo (13) e em 2015 o valor mais elevado (24).

Participação Política

- A partir da eleição para a Assembleia da República em 2011, os valores concelhios de abstenção situam-se sempre abaixo das médias nacional e regional. A exceção mais expressiva ocorre nas eleições para as Autarquias Locais de 2013, em que a taxa de abstenção no concelho se situou nos 42,5%, mais de 6 pontos percentuais abaixo do Oeste e praticamente 5 abaixo da taxa nacional.
- Ainda assim, verifica-se que a linha da abstenção do concelho segue a tendência das linhas do Oeste e do país, com as eleições para o Parlamento Europeu e o Referendo a registarem os valores mais elevados. Contrariamente, são as eleições para as Autarquias Locais e as eleições para a Assembleia da República que registam os valores mais baixos.

1.2.Questionário on-line

O questionário on-line foi a metodologia escolhida para conseguir a participação da população na identificação de problemas, prioridades de intervenção e eventuais soluções. Participaram neste questionário 75 pessoas.

De uma lista que era apresentada (havendo a possibilidade de acrescentar outros), pedia-se que se identificassem os cinco problemas mais prioritários no concelho. A lista seguinte apresenta os problemas mais votados, bem como o resumo das soluções propostas:

- 1.º Desemprego - Informar melhor os desempregados das oportunidades de trabalho existentes no concelho; Incentivos a criação de novas empresas/postos de trabalho em sectores de futuro; Procurar atrair empresas para investir no município (principalmente exportadoras); Incentivar as pessoas a investir na agricultura, uma vez que há incentivos elevados por parte do Estado; Fomentar a produção e consumo de tudo o que é produto nacional.
- 2.º - Baixos rendimentos das famílias - Divulgar e aumentar o acesso aos apoios existentes; Haver maior apoio do Município às famílias mais carenciadas.
- 3.º - Deficiente/inadequada rede de transportes públicos/ coletivos face às necessidades da população - Negociação entre as entidades do concelho, representativas dos habitantes, e a empresa de transportes que serve o Sobral; Verificar junto de empresas transportadoras a possibilidade de criar novos horários e parcerias entre empresas; Ajustar os transportes às necessidades reais da população (os horários mantêm-se há mais de 20 anos); Apoiar a criação de novos postos de trabalho no concelho e melhorar a rede de transportes nomeadamente no que respeita a adequação a zonas onde há algumas ofertas de trabalho, mas não há transportes. Por ex. Malveira/Venda do Pinheiro; Talvez um carro de pequenas dimensões e com uma pequena comparticipação dos utentes; O isolamento das pessoas traz problemas de segregação e reprodução de comportamentos desadequados, era importante uma melhor rede de transportes pública, sobretudo para a população mais idosa, por exemplo, através de autocarros mais pequenos, se consumirem menos recursos.
- 4.º Baixas expectativas dos jovens relativamente ao prosseguimento de estudos - Mais oferta formativa, nomeadamente na área tecnológica; As baixas expectativas dos jovens relativamente ao prosseguimento de estudos têm a ver com a iliteracia dos contextos em que se inserem e que continua a flagelar o concelho; Embora a taxa de analfabetismo tenha vindo a diminuir consideravelmente, estamos perante uma população que, maioritariamente, não exerce os seus deveres e direitos cívicos, por desconhecimento; Ajudaria muito a minimizar o problema se a escola e o Município trabalhassem em conjunto, através de ações de formação e exercícios de dinamização da cidadania
- 5.º - Sobre-endividamento das famílias - Sessões práticas sobre gestão financeira para públicos-alvo específicos.

No questionário era também pedido que se escolhesse, especificamente, três problemas mais prioritários para os/as respondentes ao nível das respostas sociais e de saúde. Os resultados foram os seguintes:

- 1.º Insuficientes respostas/ atividades para adolescentes ou jovens - Desenvolvimento de atividades culturais e desportivas direcionadas para jovens; Existência de programas e espaço lúdicos para jovens que lhes permita ocupar os tempos livres; Atividades mais estruturadas nas áreas do desporto, expressão dramática, música; Criação de atividades que funcionem durante as

férias escolares; Criação de clubes onde os jovens se possam encontrar; Fazer a ligação entre as empresas e as entidades do concelho que permitam a ocupação dos jovens em termos lúdicos ou de apoio à sociedade; Solução está no incentivo ao associativismo jovem (apoando logisticamente e formativamente) e a promoção da integração dos adolescentes e jovens na vida social e cívica do concelho através de ações comunitárias de envolvimento; Criação de projetos inovadores que incluam a participação e integração de jovens;

- 2.º Dificuldades em aceder aos equipamentos/serviços de saúde públicos - Atendimento diário assegurado por um médico no Centro de Saúde, em horário alargado; A falta de acompanhamento de conversa de corrigir hábitos alimentares e de acompanhamento ao medicamento; maior facilidade na programação das consultas;
- 3.º Insuficientes respostas para pessoas portadoras de deficiência - Criar um espaço próprio no concelho com pessoal qualificado para este tipo de problemas; Deveria de existir um equipamento no concelho que desse às pessoas portadoras de deficiência os meios e apoios necessários às mesmas; Deviam adaptar os serviços públicos, pelo menos, para que as pessoas portadoras de deficiência motora, por exemplo, tivessem acesso a esses serviços (rampas, por exemplo); As escolas deveriam de ter mais apoio de professores de ensino especial; Criação de Rede de suporte para pessoas portadoras de deficiência.

2. O Plano de Desenvolvimento Social

Tendo presentes os elementos dos Diagnóstico Social e os resultados do questionário, foram realizadas sessões temáticas com representantes das diferentes entidades. Deste trabalho resultaram os eixos de intervenção que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento Social.

Seguidamente apresentam-se as prioridades de intervenção consensualizadas, para as quais foram definidos objetivos, projetos e resultados esperados.

2.1 – Eixo 1 - Saúde/ Saúde Mental”

Objetivo Geral	Objetivo específico	Projeto	Resultados Esperados	Entidades Parceiras a Envolver
Até dezembro de 2019 aumentar as respostas para as pessoas com doença mental.	Até dezembro de 2017 identificar as situações de doença mental no concelho.	Diagnóstico sobre a doença mental no concelho.	Caracterização das necessidades das pessoas com doença mental residentes no concelho e avaliação da adequação das respostas existentes.	CVP HBA Saúde Pública USF/UCSP/UCC ISS, IP GNR
	Até dezembro de 2019 alargar o acesso de pessoas com doença mental a respostas específicas.	Plano Local de Intervenção na Saúde Mental.	Aumentar o acesso das pessoas com doença mental a apoios de saúde, sociais e ocupacionais.	CVP HBA Saúde Pública USF/UCSP/UCC GNR

Objetivo Geral	Objetivo específico	Projeto	Resultados Esperados	Entidades Parceiras a Envolver
Até dezembro de 2019 verificam-se melhorias ao nível da saúde oral da população concelhia.	Até dezembro de 2019 todos/as os/as profissionais de atendimento social e de saúde conhecem apoios existentes para a saúde oral.	Divulgação dos apoios existentes ao nível da saúde oral e monitorização da sua utilização.	Até dezembro de 2019 a taxa de utilização de apoios de saúde oral situa-se acima dos 90% e todos/as os/as profissionais de saúde e de atendimentos social conseguem identificar os recursos disponíveis.	ACES APEAVES IPSS Município de SMA
	Até dezembro de 2019 a população escolar aumenta as suas rotinas de higiene oral.	Promoção da higiene e da saúde oral junto da população escolar.	Até dezembro de 2017 todas as crianças de dois estabelecimentos de ensino pré-escolar têm rotinas de higiene oral.	ACES AEJICS Associação Popular de SMA
			Até dezembro de 2019 todas as crianças de estabelecimentos de ensino pré-escolar têm rotinas de higiene oral, considerando os fatores de sucesso e os fatores críticos identificados nos dois estabelecimentos de ensino pré-escolar.	ACES AEJICS Associação Popular de SMA
			Até dezembro de 2019 são realizadas sessões de promoção da saúde e higiene oral junto da população escolar do 3.º ciclo.	ACES AEJICS

2.2 – Eixo 2 - Intervenção integrada/ pessoas em situação de especial vulnerabilidade

Objetivo Geral	Objetivo específico	Projeto	Resultados Esperados	Entidades Parceiras a Envolver
Até dezembro de 2019 aumentar o acesso a atividades para crianças e jovens.	Até dezembro de 2019 aumentar a participação de crianças e jovens nas atividades existentes, sobretudo de agregados vulneráveis.	Identificação/ criação de mecanismos que promovam a participação em atividades do concelho.	Informação atualizada semestralmente sobre as atividades existentes para crianças e jovens e disponibilizada em formato digital. Protocolo com as entidades que dinamizam as atividades para garantir condições de acesso a crianças e jovens de agregados vulneráveis.	Autarquias CPCJ ECJ IPSS ISS, IP Tecido associativo
	Até dezembro de 2017 é avaliada a criação do alargamento de atividades para crianças e jovens a partir dos 6 anos para os períodos de interrupção letiva.	Diagnóstico sobre necessidade de ocupação/ criação de respostas para crianças e jovens a partir dos 6 anos em tempo não letivo.	Relatório com análise sobre necessidades existentes e apresentação de propostas	AEJICS APEAVES Associação de Estudantes Associação VOA Autarquias CPCJ ECJ Entidades lucrativas IPSS ISS, IP Tecido associativo UNIR

Objetivo Geral	Objetivo específico	Projeto	Resultados Esperados	Entidades Parceiras a Envolver
Aumentar o acesso a programas de apoio à habitação no concelho até dezembro de 2019.	Até 2019 divulgar os apoios existentes a nível nacional na área da habitação e promover o seu acesso.	Diagnóstico sobre o mercado de arrendamento para habitação no concelho.	Informação atualizada sobre o nº de fogos arrendados para habitação (incluindo as situações sem contrato de arrendamento), sobre as condições dos fogos e valores das rendas.	Município de SMA
		Levantamento dos programas existentes na área da habitação e apoio de beneficiários/as nos processos de candidatura.	Suporte digital e físico dos programas de apoio e criação de espaço de apoio às candidaturas. Aumentar o número de fogos disponíveis em regime de arrendamento apoiado. Melhoria do parque habitacional. Diminuição do n.º de fogos vagos e devolutos.	Município de SMA IHRU

Objetivo Geral	Objetivo específico	Projeto	Resultados Esperados	Entidades Parceiras a Envolver
Até dezembro de 2019 aumentar a taxa de cobertura de creche.	Criação da resposta social de creche na freguesia de Sapataria.	Creche na Sapataria	Aumento do número de crianças integradas em creche em vagas com acordo de cooperação.	Associação Popular de SMA ISS, IP Município de SMA

Objetivo Geral	Objetivo específico	Projeto	Resultados Esperados	Entidades Parceiras a Envolver
Até dezembro de 2019 melhorar a mobilidade no concelho.	Conhecer as necessidades de mobilidade do concelho.	Realizar um diagnóstico de mobilidade no concelho.	Documento estratégico sobre as necessidades de mobilidade do concelho que seja tido em consideração pelos operadores de transporte público.	Autarquias Operadores de transportes
	Promover a mobilidade pedonal.	Melhorar os espaços públicos para permitir a circulação a todas as pessoas (incluindo as que têm mobilidade reduzida).	Aumento da população que se desloca pé. Melhoria das acessibilidades e da segurança das vias.	Autarquias

Objetivo Geral	Objetivo específico	Projeto	Resultados Esperados	Entidades Parceiras a Envolver
Até dezembro de 2019 aumentar a qualidade do atendimento social no concelho.	Até dezembro de 2019 garantir que todas as situações de atendimento beneficiam da melhor intervenção técnica.	Até junho de 2017 criação de um grupo de intervenção entre os/as técnicos/as que realizam atendimento / acompanhamento social.	Até dezembro de 2019 realizam-se, pelo menos, 24 reuniões para discussão de casos.	ACES IPSS ISS, IP Município de SMA

2.3 – Eixo 3 – Educação/ Formação/ Emprego

Objetivo Geral	Objetivo específico	Projeto	Resultados Esperados	Entidades Parceiras a Envolver
Até dezembro de 2019 aumentar a empregabilidade.	Até dezembro de 2019 aumentar o acesso das empresas a medidas de apoio a emprego.	Visitas às empresas para esclarecimento sobre apoios à empregabilidade	Até dezembro de 2019 são realizadas 18 visitas a 18 empresas concelhias.	ACIRO Associações Comerciais CPPME IEFP GIP Autarquias
	Até dezembro de 2019 aumentar a informação sobre medidas de apoio a emprego para pessoas desempregadas.	Sessões de esclarecimento sobre apoios à empregabilidade.	Até dezembro de 2019 são realizadas 18 sessões para pessoas desempregadas.	IEFP GIP

Objetivo Geral	Objetivo específico	Projeto	Resultados Esperados	Entidades Parceiras a Envolver
Até dezembro de 2019 aumentar a as habilitações da população ativa do concelho.	Até dezembro de 2019 aumentar o acesso a medidas de formação de adultos com vista ao aumento das qualificações.	Aumentar o acesso a medidas de qualificação.	Aumento das qualificações/ habilitações literárias da população ativa.	IEFP GIP AEJICS Todas as entidades patronais que tenham funcionários/as com baixas habilitações.

Objetivo Geral	Objetivo específico	Projeto	Resultados Esperados	Entidades Parceiras a Envolver
Até dezembro de 2019 melhorar a prática da Educação Física para a população escolar dos 2.º e 3.º ciclos e Ensino Secundário.	Até dezembro de 2019 existir garantia de construção de um pavilhão para a prática desportiva na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral.	Diligências junto das entidades competentes para a construção de um pavilhão para a prática desportiva na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral.	Construção de um pavilhão para a prática desportiva na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral.	AEJICS APEAVES Autarquias Ministério da Educação

Objetivo Geral	Objetivo específico	Projeto	Resultados Esperados	Entidades Parceiras a Envolver
Até dezembro de 2019 aumentar as competências parentais no concelho.	Até dezembro de 2019 ter um programa de Educação Parental cientificamente validado disponível para as famílias.	Criação de um programa de Educação Parental.	Redução do abandono e insucesso escolar; Diminuição das situações de negligência; Prevenção de situações que coloquem em causa o superior interesse das crianças e jovens.	AEJICS APEAVES Associação Popular de SMA Autarquias CPCJ ISS, IP

2.4 – “ Articulação Interinstitucional/ Capacitação de Parcerias”

Objetivo Geral	Objetivo específico	Projeto	Resultados Esperados	Entidades Parceiras a Envolver
Até dezembro de 2019 há um aumento generalizado do conhecimento sobre as instituições concelhias.	Até dezembro de 2019 as instituições do concelho conhecem melhor a atividade e o funcionamento de outras instituições.	Sessões práticas de apresentação de instituições junto de outras.	Até dezembro de 2019 realizam-se 6 sessões de apresentação.	Autarquias IPSS Entidades públicas
	Até dezembro de 2019 a população conhece melhor a atividade e o funcionamento das IPSS.	IPSS organizam um “Dia Aberto”.	Até dezembro de 2019 cada uma das IPSS organiza o “Dia Aberto” permitindo a visita da população às instalações e realizam uma apresentação sobre as atividades realizadas.	Autarquias IPSS Outras Entidades públicas
	Até dezembro de 2019 as entidades concelhias recebem informação sobre atividades a realizar-se no concelho.	Elaboração e divulgação de calendário de atividades/ ações que seria enviado mensalmente para parceiros do CLAS.	Informação mensal disponibilizada a todas as instituições.	Autarquias IPSS Outras Entidades públicas

3. Monitorização e avaliação

A monitorização procura aferir o grau de execução das tarefas. A avaliação procura “medir” se os resultados esperados foram alcançados e se os objetivos foram atingidos. Em muitos dos projetos inscritos neste PDS será necessário realizar um trabalho de definição da “baseline”, ou seja, da situação de partida para depois ser possível identificar os indicadores que darão conta do cumprimento, e em que medida, dos objetivos.

A monitorização será concretizada com relatórios semestrais e a avaliação do PDS terá como horizonte toda a sua duração, mas anualmente haverá um relatório que incidirá sobre projetos que têm uma duração prevista inferior.

A avaliação incidirá sobre as seguintes dimensões:

Adequabilidade: avaliar se a intervenção é adequada ao contexto em que é implementada, tendo em conta as necessidades detetadas, as metodologias utilizadas, os/as destinatários/as e os/as técnicos/as de intervenção;

Eficácia: avaliar em que medida as atividades planeadas são realizadas e conseguidos os resultados planeados;

Eficiência: avaliar a relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados;

Execução física: avaliar o cumprimento de indicadores quantitativos de execução do Plano;

Impacto: avaliar as mudanças ocorridas ao nível individual ou coletivo, decorrentes da execução das atividades;

Pertinência: avaliar se o Plano é pertinente face às necessidades detetadas, se responde ou não aos objetivos planificados, se é ou não pertinente para os/as destinatários/as;

Reação: avaliar o grau de satisfação de todas as pessoas que intervêm no processo, desde a sua planificação até aos resultados obtidos;

Sustentabilidade: avaliar em que medida a atividade tem condições para perdurar no tempo;

Transferibilidade: avaliar o grau potencial de apropriação/disseminação de práticas para outros contextos.

Tanto a avaliação como a monitorização não constituem fins em si mesmos, mas são antes um importante recurso a incorporar na elaboração de novos instrumentos de planeamento e de intervenção.

4. Abreviaturas/ Siglas

ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde

AEJICS – Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral

APEAVES – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Vertical de Escolas de Sobral de Monte Agraço

ASE – Ação Social Escolar

BAT – Banco de Ajudas Técnicas

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPPME – Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas

CVP – Comunidade Vida e Paz

DLD – Desempregado/a de Longa Duração

ECJ – Equipa de Crianças e Jovens

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

GNR – Guarda Nacional Republicana

HBA – Hospital Beatriz Ângelo

JI – Jardim de Infância

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

ISS, IP – Instituto da Segurança Social

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LGD – Lar de Grandes Dependentes

RSI – Rendimento Social de Inserção

SMA – Sobral de Monte Agraço

UCC - Unidade Cuidados na Comunidade

UCSP - Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados

UNIR – Associação de Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Sobral de Monte Agraço

URAP - Unidade de Recursos

USF - Unidades de Saúde Familiares